

19.dezembro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **CNIPE - Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação**

Isabel Gregório, António Parente e Luís Garcez

Recebidos por: Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião) e Nilza de Sena (PSD).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes da CNIPE – Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação – referiram que [o documento do Professor Joaquim Azevedo](#) é importante e informaram que em relação ao eixo político do mesmo não deviam emitir opinião.

Manifestaram-se depois em relação a outras medidas do documento e indicaram propostas próprias, nos termos seguintes:

1. Concordaram com a baixa da taxa de IRS conforme o número de filhos, entendendo que cada filho conta e deve haver deduções por filho;
2. Em relação ao IMI, manifestaram dúvidas de que a proposta tenha impacto na natalidade;
3. Concordaram com as medidas do eixo da governação;
4. Realçaram a importância do acompanhamento dos filhos nas escolas;
5. Propuseram medidas de fixação de pessoas no interior, em que as taxas de natalidade são mais baixas e se verifica o despovoamento;
6. Sugeriram que os nascimentos prematuros tenham um tratamento diferenciado em relação aos nascimentos normais;
7. Concordaram com os incentivos a empresas que empreguem mulheres grávidas;
8. Manifestaram a importância de se descentralizar o apoio às famílias com filhos, levando-o às comunidades locais;
9. Propuseram que as atividades de tempos livres (ATL) tenham horários alargados e apoios locais;
10. Propuseram o alargamento da vigência dos manuais;
11. Sugeriram que se mantenha o passe escolar, referindo que os transportes escolares deixaram praticamente de ter descontos;

12. Referiram que as atividades extracurriculares são cada vez menos lúdicas e mais disciplinares e manifestaram que as mesmas deviam ser mais lúdicas, para desenvolvimento integral das crianças.

Interviu de seguida a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que o PSD entendia que o problema era estruturante, não exclusivo de Portugal, alargando-se a toda a Europa e que se vinha agravando, havendo necessidade de o reverter, pelo que tinham decidido ouvir a sociedade.

Indicou depois que muitos casais não tinham filhos porque não queriam, mas outros era porque não podiam e realçou que a grande maioria das mulheres só tinha um filho, o que não permitia a renovação geracional. Defendeu ainda que o factor prestacional era importante, mas não único e suficiente e deu o exemplo de outros países, nomeadamente, da França, em que houve mais prestações e emigração, com bons resultados e da Alemanha, em que se alargaram as prestações, mas sem grandes efeitos.

Nesta sequência, solicitou a indicação das medidas que consideravam prioritárias e informou que a Federação Nacional de Educação tinha proposto que os pais pudessem ter mais possibilidades de partilha de horários.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que as questões da natalidade estão ligadas a questões económicas e sociais, que se têm vindo a agravar, realçando o desemprego, a precariedade, os baixos salários, o desrespeito pelos direitos de maternidade e paternidade, as revisões do Código do Trabalho, que retiraram direitos aos trabalhadores, alargando os horários – e procedendo à sua desregulação – e diminuindo as remunerações.

Referiu a emigração, com a saída de muitos jovens, que não teriam filhos em Portugal, o adiamento da decisão de ter filhos, dificultando a possibilidade de terem mais um e salientou que os benefícios fiscais não eram suficientes para resolverem o problema.

Defendeu depois que era fundamental a responsabilidade do Estado perante uma escola pública para todos, incluindo a gratuidade dos manuais escolares e salientou que em contrapartida se verifica a desertificação, com o fecho das escolas e de outros serviços públicos no interior. Por último, considerou que havia necessidade de resolver os problemas estruturais, para se promover a natalidade.

Na sequência das questões e observações colocadas, os representantes da CNIPE referiram o seguinte:

1. Era desejável que os manuais escolares fossem gratuitos, embora tivessem reconhecido a dificuldade de concretização, atentos os custos envolvidos. Salientaram ainda os casos de algumas autarquias que atribuem os manuais do 1.º ciclo;
2. Deveria ser alargada a sua vigência (referindo que o Governo deve passar acima dos interesses das editoras), invocando até a sustentabilidade e a poupança de papel;
3. Os manuais deveriam ser mais duráveis, para passarem para outras crianças;
4. O abono de família deveria ser para todas as crianças, independentemente do rendimento das respetivas famílias;
5. As pequenas e médias empresas não têm respeito pelos direitos dos trabalhadores e nas zonas interiores estes não podem queixar-se, sob pena de ficarem sem emprego;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

6. Os diretores de turma têm horários de atendimento dentro dos horários de trabalho dos pais, o que limita a possibilidade de estes irem à escola;
7. Deveria ser atribuído aos pais tempo para irem à escola dos filhos, com horas mensais para o efeito;
8. O Estatuto do Dirigente Associativo e do Voluntariado deveria ser repensado;
9. Deviam ser avaliadas as políticas que vinham sendo seguidas;
10. As crianças com necessidades educativas especiais exigem mais apoio e este diminuiu, nomeadamente em relação às crianças com necessidades consideradas pontuais, não permanentes.

Por último, foi solicitado aos representantes da CNIPE que ponderassem a remessa de um contributo escrito sobre a matéria, particularmente com medidas propostas.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes